



Campanha Nacional em Defesa das  
Ciências Humanas no Currículo da  
Educação Básica

# Carta Aberta

Ao longo do 1º semestre de 2022, profissionais dos campos disciplinares de Filosofia, Geografia, História e Sociologia reuniram-se para discutir a chamada Reforma do Ensino Médio, regulamentada pela Lei n. 13.415/17, e apelidada de “Novo Ensino Médio” (NEM). No contexto dessa Reforma, foi criada a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas associada ao fim da obrigatoriedade do ensino de Filosofia, Geografia, História e Sociologia no Ensino Médio. O formato de Área, também assumido pelo documento curricular intitulado Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), implicou, em adição, no desaparecimento dessas disciplinas do currículo dessa etapa da escolaridade. A mudança foi justificada pela demanda de uma “flexibilização curricular” que possibilitasse aos/às estudantes do Ensino Médio escolher, de acordo com seu desejo ou necessidade, os conteúdos organizados no que foi denominado de itinerários formativos. Conforme vem sendo denunciado por vários/as pesquisadores/as e Associações de especialistas do campo da Educação, a organização em torno de cinco eixos formativos (Linguagens e Suas Tecnologias, Matemática e Suas Tecnologias, Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional), é considerada problemática devido a diversos fatores, especialmente:

1. Os/as estudantes farão escolhas entre os itinerários formativos estipulados pelo sistema público de ensino por meio dos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs), sem a garantia de oferta de todos eles. Dessa forma, a formação discente vem sendo prejudicada ao comprometer o aprofundamento e a consolidação dos conhecimentos adquiridos em etapas anteriores, como estabelece a lei 9.394 de 20/12/1996;
2. O pretexto de interdisciplinaridade, um dos fundamentos do arranjo em Áreas do conhecimento, é frágil do ponto de vista da Ciência. Além disso, a proposta desconsidera que essa interdisciplinaridade deve ser organizada a partir da especificidade de cada disciplina;



3. O NEM desconsidera totalmente pesquisas e práticas acumuladas, sistematizadas e fundamentadas pelos/as profissionais das respectivas áreas (pesquisadores/as e professores/as), que estabeleceram objetos, conceitos, procedimentos, metodologias e epistemologias intrínsecos a cada disciplina, considerados fundamentais na formação dos/as estudantes do Ensino Médio;

4. O conceito de competência, balizador dos documentos produzidos pelos órgãos públicos da educação nas últimas duas décadas, não condiz com a formação integral do sujeito ao apartá-lo, de forma reducionista, da significação pessoal e coletiva do conhecimento conforme seu contexto sociocultural;

Os apontamentos acima referidos resultam das críticas às políticas educacionais que incidiram de maneira determinante na estrutura curricular voltada às escolas da Educação Básica, aprofundando princípios que têm norteado as reformas de cunho neoliberal nas últimas três décadas no Brasil e em outros países do mundo. São políticas marcadas por um caráter excludente por impedirem o acesso de estudantes, principalmente das classes populares, ao conhecimento científico e sistematizado produzido, e pela imposição de componentes curriculares formulados com base em uma lógica mercantil e distanciados da produção científica.

Divulgada como uma medida enérgica e eficaz para resolver problemas de qualidade da oferta desta etapa da educação, a Reforma do Ensino Médio volta-se apenas à preparação para um certo mercado de trabalho, dessa forma, restringindo e abreviando a oferta, bem como ampliando as desigualdades educacionais e oferecendo uma base legal para privatização do ensino público. A referida reforma, ao invés de buscar resolver questões históricas, estruturais e vivenciadas pela educação pública, a partir de amplo debate com os diversos setores sociais, tem aprofundado as desigualdades escolares, culturais e sociais existentes em nossa sociedade.

A Pedagogia das Competências, como tem sido denunciado há anos por especialistas, coloca como elemento central dos processos formativos e das práticas educativas um fazer tecnicizado, que produz uma objetificação das relações humanas, secundarizando ou apagando o conhecimento científico. A serviço desse pragmatismo, os documentos formulados vêm promovendo o apagamento da dimensão política da função formativa das Ciências Humanas, concebida no interior dessa Reforma e da BNCC, como um conjunto disperso de conteúdos/saberes sem identidade, subordinando-as ao projeto de cunho neotecnista ao dar centralidade a uma perspectiva pragmatista e mercantil na estruturação do currículo.



Deve-se destacar que já existiam comissões e coletivos discutindo ao longo das últimas duas décadas a reformulação do Ensino Médio, propondo um modelo de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade que não desconsideram as especificidades disciplinares. Esses grupos, compostos por diferentes atores da sociedade civil, incluindo empresários da educação, fundações e Organizações Não-Governamentais (ONGs), além de representantes de diversos movimentos sociais, formularam propostas a partir de amplo debate.

Diante do exposto, promovemos a Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas no Currículo da Educação Básica (CNDCH), reivindicando:

1. o retorno da obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia, História, Geografia e Sociologia nos três anos do Ensino Médio, dessa forma, revogando as políticas educacionais que, a partir de 2017, passaram a desconsiderar o acesso ao conhecimento científico, contrariando os princípios da democracia e de justiça social;
2. a garantia do acesso dos/as estudantes de todas as etapas da Educação Básica ao conhecimento científico e sistematizado produzido pela Humanidade, o que se consolidaria com a obrigatoriedade das disciplinas do campo das Ciências Humanas inseridas no currículo;
3. a superação da pedagogia das competências, considerando a formação integral na sua relevância fundamental em promover o desenvolvimento da pessoa para atuação na sociedade democrática, justa e igualitária.

**ASSINAM:**

Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH)

Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS)

Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB)

Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF)

Associação Nacional de História (ANPUH)

Africanidades, Imaginário e Educação (ANIME)

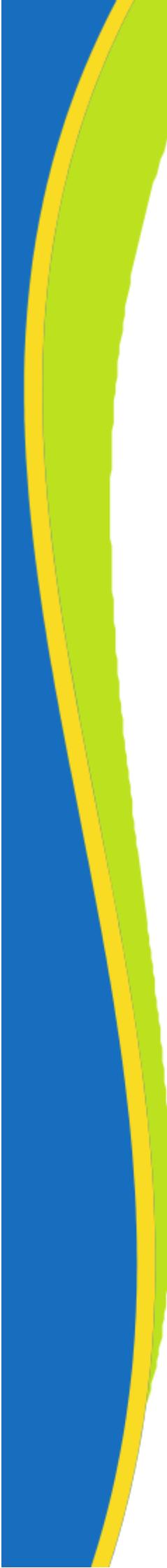
Associação Brasileira de Alfabetização (ABALf)

Associação Brasileira de Currículo (AbdC)

Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)

Associação Nacional de História (Seção Rio de Janeiro)

Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE)



Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)  
Associação dos Professores de Filosofia e Filósofos do Brasil (APROFFIB)  
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)  
Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)  
Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)  
Brazilian Studies Association (BRASA)  
Campanha Nacional pelo Direito à Educação  
Coletivo de Humanidades - PR  
Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES)  
Co(M)textos  
Grupo de Pesquisa Ensino de História (GPEH/UENP) Fórum de Educação Básica da ANPUH/seção Rio de Janeiro  
Fica Espanhol Brasil  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática (GREPEM)  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Visualidades, Interculturalidade e Formação Docente  
Grupo de Estudos e Pesquisas Narrativas (UFJF)  
Grupo de Estudos e Pesquisas Educação Física, Linguagem e cultura (GEFLIC)  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação, Currículo e Ensino de História  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia e História (GEPEGH)  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação (GEFILE)  
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental  
Grupo de Pesquisa Currículo, História e Cultura (GEPEH/UFMS) Grupo de Pesquisa Ensino de História (GPEH/UENP)  
Grupo de Pesquisa e Estudos em Geografia da Infância (UFF/UFJF)  
Grupo de Pesquisa em História da Educação Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA/UNIPAMPA)  
Grupo de Pesquisa em Políticas e História da Educação (GRUPPHED/UESC)  
Grupo de Pesquisa Linguagem, Ensino e Práticas sociais (LEPS)  
Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Política Educacional (GTEPE)  
Grupo de Pesquisa, Extensão e Ensino de Sociologia  
Grupo de Pesquisa, Práticas e Estudos da Educação de Jovens e Adultos  
Grupo Interação Sociedade e Educação (GISE)  
Grupo LAEDH /UFJF/CNPq - Linguística Aplicada, Educação e Direitos Humanos  
Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias (NEFI/UERJ)  
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade (NEPED)  
Núcleo FALE/UFJF - Formação de Professores, Alfabetização, Linguagem e Ensino  
Observatório das Práticas Musicais  
Observatório do Ensino Médio - Pesquisa Juventude, Escola e Trabalho

Red Panamazónica para la Formación y Enseñanza de la Historia (REPAMFEH) Rede de Grupos de Pesquisa (EMpesquisa)

Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTEITAJAÍ)

Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-SINDICATO)

Sociedade Brasileira de Ensino de Química (SBEnQ)

Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação (Sofie)

Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF)

Sociedade de Filosofia da Educação dos Países de Língua Portuguesa (SOFELP)

Sociedade Hegel Brasileira (SHB)